



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

DISCIPLINAS

* No caso do acadêmico optar pela realização de Estágio Não Obrigatório nos termos da Lei 11.788/2008, o seu curso terá carga horária majorada para 420 (quatrocentosevinte) horas, sendo dívida em 380 (quatrocentosedez) horas para a realização dos créditos, 20 horas para realização da disciplina opcional de Estágio Não Obrigatório e 20 (vinte) horas para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

4.1 Ementa das disciplinas e bibliografia:

MÓDULO I – D A CRIMINOLOGIA E A SPOLÍTICA SCRIMINAIS - 40hrs:

- Princípio da Proporcionalidade do Processo Penal e características e modificações

Direito Penal contemporâneo (15hr) – Estudo do princípio da proporcionalidade como limite constitucional ao poder punitivo e parâmetro de racionalidade das decisões no processo penal. Análise de suas dimensões—adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito—aplicadas às medidas cautelares, técnicas especiais de investigação e restrições de direitos

fundamentais. Discussão das principais transformações do Direito Penal contemporâneo, incluindo expansão punitiva, legislação de emergência, criminalidade complexa e tensões entre garantismo e eficiência. Exame de precedentes dos Tribunais Superiores sobre proporcionalidade, controle de excessos e fundamentação das decisões penais.

- Criminalidade e vulnerabilidade penais social: aspectos teórico-práticos (10hr) - Análise crítica das relações entre criminalidade, desigualdades sociais e seletividade penal. Estudo das teorias criminológicas clássicas e contemporâneas, com foco nos mecanismos de controle social nos efeitos de marcadores como raça, classe, gênero e território. Discussão sobre vulnerabilidades produzidas e reproduzidas pelo sistema penal, políticas criminais e modelos de gestão da violência. Abordagem de casos e dados empíricos que evidenciam padrões de criminalização, estigmatização e desigualdade estrutural. **Bibliografia sugerida:** BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan; WACQUANT, Loïc. As Prisões da Miséria. Oeiras: Celta; MACHADO, Carla. Crime e Insegurança: Discursos do Medo e Imagens do Outro. Lisboa: Editorial Notícias; GOFFMAN, Erving. Estigma: Nota sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar; GARLAND, David. A Cultura do Controle. Rio de Janeiro: Revan; FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes.

- Ética e Responsabilidade Profissional na Advocacia e Compliance no Processo Penal (15hr) – Estudo dos fundamentos éticos da atuação profissional no processo penal, com ênfase nas prerrogativas, deveres e responsabilidades do advogado. Análise das normas do Estatuto da OAB e do Código de Ética, abordando sigilo profissional, conflitos de interesse, publicidade, responsabilidades disciplinares e limites ético-jurídicos da defesa técnica. Introdução aos programas de compliance penal e seus reflexos no processo penal contemporâneo, especialmente quanto à



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

prevenção de ilícitos, investigação interna, responsabilidade corporativa e impactos probatórios. Discussão de casos e precedentes dos Tribunais Superiores envolvendo ética profissional, abusos, nulidades e violação de prerrogativas.

Bibliografias sugeridas:

- ANITUA, Gabriell Ignacio. História dos Pensamentos Criminológicos.
- BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. Thomson Reuters.
- BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal.
- BEDÊ JÚNIOR, Américo. Princípios do Processo Penal: entre o garantismo e a efetividade da sanção. RT.
- BRONZATO, Tatiana. Compliance e Processo Penal. RT.
- CAVALCANTI, Tiago A. R. Ética Profissional e Advocacia. Atlas.
- DOTTE, René Ariel. Ético no Direito e no Processo Penal. RT.
- FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: teoria do garantismo penal. RT
- GARLAND, David. A Cultura do Controle.
- GOFFMAN, Erving. Estigma.
- GRECO, Rogério. Compliance e Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Impetus.
- MACHADO, Carla. Crime e Insegurança.
- MELLO, Vera Malaguti Batista. O Medo na Cidade do Rio de Janeiro.
- OAB. Estatuto da Advocacia e Código de Ética da OAB.
- SHECAIRA, Sérgio S. Responsabilidade Penal e Ética Profissional do Advogado. Saraiva.
- WACQUANT, Loïc. As Prisões da Miséria.
- **Docentes Sugeridos: Dr. Fábio A. Guaragni (EMAP), Dra. Silmara Carneiro (UEPG), Prof. Dr. Kleber Cazzaro (UEPG) e Prof^a. Dra. Rosaly Machado (UEPG).**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

MÓDULO II – DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E ACADEIA DE CUSTÓDIA - 85hrs:

- Papiloscopia Forense e Identificação Biométrica Aplicada à Investigação Criminal (10h) -

Estudo dos fundamentos da identificação humana por impressões papilares, seus princípios científicos e técnicas de revelação, coleta, preservação e comparação. Análise dos sistemas de classificação papiloscópica e do uso de tecnologias biométricas (AFIS/ABIS, reconhecimento facial, íris e voz) na investigação criminal. Procedimentos periciais, cadeia de custódia e critérios de validade e confiabilidade de prova papiloscópica e biométrica. Aplicações práticas e principais entendimentos jurisprudenciais sobre identificação forense.

- Inquérito Policial 4.0: Garantias e Tecnologias de Investigação (10hr) - Análise do Inquérito

Policial sob a perspectiva do processo penal constitucional e da transformação tecnológica da investigação contemporânea. Natureza, finalidade e limites do procedimento investigatório, com ênfase nas garantias do investigado e no controle jurisdicional. Estudo das tecnologias aplicadas à investigação criminal: ferramentas digitais, bancos de dados, extração forense, geolocalização e rastreamento eletrônico. Impactos do Marco Civil da Internet, da LGPD e da Lei Anticrime na obtenção e preservação de prova tecnológica. Jurisprudência atual dos Tribunais Superiores sobre práticas investigativas, proteção de dados e cadeia de custódia digital.

- Investigação Criminal dos Crimes Dolosos contra a Vida: Técnicas, Provas e Atuação

Forense (10h) - Estudo dos procedimentos essenciais da investigação de homicídios, com foco na preservação do local de crime, cadeia de custódia, coleta e interpretação de vestígios. Análise dos principais meios de prova: perícia criminal, balística, necropsia, reconstrução da dinâmica dos fatos e identificação de autoria. Discussão sobre técnicas de entrevista e oitiva de testemunhas, vitimologia e análise comportamental. Avaliação dos desafios contemporâneos da violência letal e da atuação integrada da entropolícia, Ministério Público e perícia. Relação entre investigação e fase processual no Tribunal do Júri, com exame de casos relevantes e precedentes dos Tribunais



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

Superiores.

- **Técnicas de investigação e produção de provas em cibercrimes (15h)** - Estudo dos principais tipos de cibercrimes e de suas especificidades investigativas. Análise dos instrumentos legais aplicáveis (Marco Civil da Internet, LGPD, Lei 12.737/2012 e Lei 14.155/2021). Técnicas de investigação digital: identificação de IP, análise de logs, preservação e aquisição de dados, coleta e processamento de evidências digitais. Noções de cadeia de custódia da prova tecnológica e fundamentos de computação forense. Limites constitucionais da prova digital, sigilo de dados, proteção da privacidade e jurisprudência atual dos Tribunais Superiores. Estudo de casos práticos envolvendo fraudes eletrônicas, invasões, phishing, ransomware e crimes praticados em redes sociais.

- **Dos Procedimentos de Investigação Criminal e Elementos Informativos (10h)** - Estudo dos procedimentos de investigação criminal no sistema jurídico brasileiro, com enfoque no Inquérito Policial, nas investigações ministeriais e nas técnicas especiais previstas em legislação específica.

Análise da natureza, finalidade e limites dos elementos informativos, distinguindo-os das provas judiciais. Exame das fases da investigação, formas de instauração, atuação da autoridade policial e do Ministério Público, indiciamento, arquivamento e controle judicial da atividade investigatória. Discussão sobre cadeia de custódia, vícios e nulidades dos atos investigatórios e o valor jurídico dos elementos informativos à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

- **Cadeia de Custódia da Prova Penal: fundamentos, garantias e produção de prova (10h)** - Estudo dos fundamentos constitucionais e legais da cadeia de custódia da prova penal, conforme a Lei nº 13.964/2019. Análise de seus conceitos, princípios e etapas de preservação, documentação, rastreabilidade e integridade dos vestígios. Avaliação das consequências processuais da quebra da cadeia de custódia, com enfoque nas nulidades, no dever de fundamentação e no controle judicial da prova. Discussão de jurisprudência atual dos Tribunais Superiores e de protocolos aplicáveis às evidências físicas, biológicas e digitais.

- **Integridade Probatória no Ambiente Digital e Cadeia de Custódia da Evidência Tecnológica (10h)** - Estudo dos fundamentos da prova digital no processo penal e das especificidades técnicas das evidências tecnológicas. Análise da cadeia de custódia digital, suas etapas, protocolos de preservação, requisitos de autenticidade e integridade previstos na Lei nº 13.964/2019. Procedimentos de coleta, registro, armazenamento e análise pericial de dados, metadados, logs, comunicações eletrônicas e arquivos multimídia. Discussão sobre riscos de adulteração, verificação por hash e demais mecanismos de validação. Impactos do Marco Civil da Internet, da LGPD e da jurisprudência dos Tribunais Superiores na admissibilidade, licitude e confiabilidade da prova digital. Estudo de casos práticos e desafios contemporâneos relacionados à evolução tecnológica.

- **Criminalidade Transnacional e Organizações Criminosas (10h)** - Estudo dos principais



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

fenômenos da criminalidade transnacional e das dinâmicas de atuação das organizações criminosas contemporâneas. Análise dos marcos normativos nacionais e internacionais (Lei 12.850/2013 e Convenção de Palermo), das técnicas especiais de investigação, da cooperação jurídica internacional dos mecanismos de inteligência aplicados aos crimes como tráfico de drogas, tráfico de pessoas, lavagem de capitais, contrabando e delitos cibernéticos complexos. Discussão crítica dos impactos da criminalidade organizada na segurança pública, nas políticas criminais e na atuação do sistema de justiça penal, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores e de estudos criminológicos contemporâneos.

Bibliografias sugeridas:

- AVENA, Norberto. Processo Penal.
- BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. RT.
- BADARÓ, Gustavo Henrique. Provas penais e garantias processuais. Thomson Reuters.
- CAGLI, Alberto; QUEIROZ, Paulo. Lei de Organizações Criminosas Comentada. Saraiva.
- CARDINALLI, Flávio. Crimes Cibernéticos e Provas Digitais.
- CARDINALLI, Flávio. Estudos sobre prova e investigação digital. PUCPR.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. Paze Terra.
- CÔRREA, Alexandre; BERTOLINI, Lucas. Provas Digitais e Processo Penal. Thomson Reuters.
- DANTAS, Marcelo. Marco Civil da Internet Comentado. Forense.
- DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Atlas.
- GOMES FILHO, Antônio Magalhães. Direito à Prova no Processo Penal. RT.
- HERZOG, Rodrigo. Cadeia de Custódia e Prova Digital.
- LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Juspodivm.
- LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. Saraiva.
- MARCIAL, Emerson; RAINHO, Danilo. Investigação Digital.
- MENDRONI, Marcelo Batlouni. Crime Organizado. Atlas.
- NAVES, B. T.; OLIVEIRA, S. E. Identificação Biométrica. Saraiva.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Organizações Criminosas. Forense.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. RT.
- PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. Atlas.
- PRADO, Geraldo. A cadeia de custódia do processo penal. Marcial Pons.
- RIBEIRO, Samuel; SANTOS, Delton. Manual de Perícia Criminal. Millennium.
- SENASP/MJ. Manual de Papiloscopia e Identificação Humana.
- STEFANI, A.; LIMA, E. Manual Prático de Papiloscopia. PF, 2018.
- SOUZA, A. Q.; BASTOS, A. L. Papiloscopia Forense. Forense.

Docentes Sugeridos: Del. Ms. Dérick Moura (Del. Civil); Del. Esp. Luiz Timossi (Del. Civil);



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

Prof. Dr. Flávio Cardinalli (PUCPR); Prof. Ms. Jorge Sebastião Filho; Profª. Drª. Dirceia Moreira (UEPG); Adv. Esp. Vinicius Alex de Ramos; Prof. Dr. Pablo Milansi (UEPG)

MÓDULO III - DO DIREITO E PROCESSO PENAL - 85hrs:

- Crimes Culposos e Limites da Responsabilidade Penal (10hr) - Estudo da estrutura normativa dos crimes culposos, com ênfase no dever objetivo de cuidado, previsibilidade, imperícia, imprudência e negligência. Análise da distinção entre culpa consciente e dolo eventual, bem como dos limites da responsabilidade penal em contextos profissionais, atividades de risco e delitos de trânsito. Discussão da imputação objetiva, da concorrência de culpas e da responsabilidade por omissão. Exame de precedentes dos Tribunais Superiores e de casos paradigmáticos que delimitam a esfera de responsabilização penal nos crimes culposos.

- Direito Penal Empresarial e Crimes Falimentares na Lei 14.112/2020 (10h) – Estudo dos fundamentos do Direito Penal Empresarial e sua interface com o Direito Societário e Concursal. Análise dos crimes falimentares previstos na Lei nº 11.101/2005, com a atualização da Lei nº 14.112/2020: fraude, ocultação de bens, violação de deveres contábeis, favorecimento indevido e condutas lesivas à recuperação judicial e à falência. Discussão sobre responsabilidade penal de administradores, empresários e pessoas jurídicas, bem como os limites entre ilícito penal e irregularidades societárias. Exame de precedentes do STF e STJ e estudo de casos envolvendo criminalidade econômica, dificuldades probatórias, compliance e formas contemporâneas de prevenção e repressão aos delitos empresariais.

- Crimes contra a Ordem Tributária e Previdenciária (10hr) - Estudo dos tipos penais previstos na Lei nº 8.137/1990 e na Lei nº 9.983/2000, com ênfase nos elementos objetivos e subjetivos, na materialidade delitiva e nos âmbitos de responsabilização. Análise das distinções entre infração tributária e crime tributário, dos critérios de constituição definitiva do crédito tributário e dos efeitos do pagamento ou parcelamento na persecução penal. Discussão sobre jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, especialmente no tocante aos crimes materiais e formais, dolo específico, participação empresarial e crimes previdenciários. Tratamento dos principais entendimentos sobre prescrição, concurso de agentes, compliance fiscal e repercussões penais das condutas omissivas e comissivas na seara tributária e previdenciária.

- Segurança da Informação e LGPD com foco em Cibersegurança (15h) – Estudo dos fundamentos de Segurança da Informação aplicados ao contexto penal e processual penal, com ênfase na proteção de dados pessoais e sensíveis à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). Análise das principais vulnerabilidades, ameaças e mecanismos de mitigação no ecossistema digital, incluindo técnicas de cibersegurança, gestão de incidentes, políticas de governança e boas práticas de proteção de dados. Discussão sobre responsabilidade civil,



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

administrativa e penal decorrente de incidentes de segurança, bem como os impactos da LGPD na persecução penal, na investigação criminal e na cadeia de custódia de evidências digitais. Estudo de casos práticos e jurisprudência recente envolvendo vazamentos, ataques cibernéticos e tratamento indevido de dados.

- Das Prisões Cautelares e Medidas Cautelares Diversas da Prisão: análise do art. 319 CPP e dos dispositivos Constitucionais (10hr) - Estudo das prisões cautelares no sistema constitucional brasileiro, seus fundamentos, pressupostos e limites. Análise das modalidades de prisão provisória (prisão em flagrante, temporária e preventiva) e dos parâmetros constitucionais de legalidade, necessidade, proporcionalidade e excepcionalidade. Exame das medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, seus requisitos de decretação, adequação, substituição e revogação. Discussão jurisprudencial atualizada dos Tribunais Superiores sobre controle judicial, audiência de custódia, fundamentação das decisões e ilegalidades recorrentes. Aplicação prática a casos concretos.

- Direito Penal Ambiental e Sustentabilidade (responsabilidade penal em crimes ambientais e a agenda ESG) (10hr) - Estudo dos fundamentos constitucionais e legais da tutela penal ambiental, com ênfase na Lei nº 9.605/1998 e nas responsabilidades administrativa, civil e penal. Análise dos tipos pen

-ais ambientais, do papel das pessoas jurídicas, da responsabilização de dirigentes e da interação entre políticas de compliance ambiental e governança corporativa. Discussão sobre sustentabilidade, governança socioambiental (ESG) e seus reflexos no Direito Penal contemporâneo, incluindo mecanismos de prevenção delitiva, accountability e impactos regulatórios. Análise de jurisprudência recente dos Tribunais Superiores e estudo de casos práticos envolvendo danos ambientais, desastres ecológicos e crimes corporativos.

- Tribunal do Júri – Procedimento e Técnicas de Atuação: produção, Análise e Contestação Probatória (10hr) – Estudo constitucional e procedimental do Tribunal do Júri, com foco na estrutura do procedimento bifásico, na admissibilidade da acusação e na dinâmica do plenário. Análise da produção, valoração e contestação probatória em crimes dolosos contra a vida, considerando técnicas argumentativas, estratégias de atuação das partes e limites éticos da persuasão. Discussão de nulidades, quesitação, soberania dos veredictos e principais precedentes dos Tribunais Superiores.

- Dosimetria da Pena: Teoria da Aplicação da Pena e Racionalidade da Sanção (10h) - Estudo do sistema trifásico de aplicação da pena no direito brasileiro, com enfoque nos critérios normativos e jurisprudenciais que orientam a individualização judicial da sanção. Análise das circunstâncias judiciais, agravantes, atenuantes, causas de aumento e diminuição, bem como dos efeitos das penas e do regime inicial de cumprimento. Discussão sobre proporcionalidade, fundamentação concreta e racionalidade decisória. Aplicação prática dos critérios de cálculo da



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

pena, incluindo concurso de crimes, detração, remição, unificação e prescrição executória, à luz da jurisprudência contemporânea do STF e STJ.

Bibliografias sugeridas:

- ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Atlas.
- AVENA, Norberto. Processo Penal. Método
- ANDREUCCI, Ricardo. Legislação Penal Especial. Saraiva.
- BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. RT.
- BADARÓ, Gustavo Henrique. Prisão e Liberdade. RT.
- BENJAMIN, Antonio Herman V. Crimes Ambientais: Comentários à Lei 9.605/98.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte Geral. Saraiva.
- CARDINALLI, Flávio. Segurança da Informação e Proteção de Dados. PUC/PR.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário: Linguagem e Método. Noeses.
- COSTA, Helena Regina Loboda. Direito Penal Econômico e Direito Administrativo Sancionador. USP.
- DIAS, Jorge Figueiredo. Direito Penal – Parte Geral. RT.
- DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Forense.
- FENSTERSEIFER, Tiago. Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente. Livraria do Advogado.
- FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. Crimes contra a Natureza. RT.
- GRECO, Rogério. Crimes contra a Ordem Tributária. Impetus.
- LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. JusPodivm.
- LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. Saraiva.
- MACHADO, Hugo de Brito. Crimes contra a Ordem Tributária. Atlas.
- MENDES, Laura Schertel; TEFFÉ, Chiara Spadaccinide. Lei Geral de Proteção de Dados Comentada. RT.
- MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. RT.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. RT.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. RT.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Tribunal do Júri. RT.
- PEREIRA, Gustavo de Pinho. Compliance Ambiental e ESG. Fórum.
- PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. Saraiva.
- PRADO, Luiz Regis. Direito Penal do Ambiente. RT.
- PRADO, Geraldo. A Cadeia de Custódia da Prova no Processo Penal. Marcial Pons.

Docentes Sugeridos: Prof. Ms. Luiz Fernando Oliveira (UEPG); Prof. Ms. Pedro Henrique de S. Hilgenberg; Del. Ms. Remy Deiab Junior (Del. Rec. Federal); Prof. Dr. Flávio Cardinalli (PUCPR); Prof^a. Dr^a Nara Valente (UEPG); Prof. Ms. João Manoel Grott (UEPG); Prof. Ms. Luís



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

Carlos Simionato Jr (UEPG); Prof. Ms. Matheus de Quadros (UEPG).

MÓDULO IV – LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL EXTRAORDINÁRIO –
105hrs:

- **Teoria do Delito Aplicada e Desafios da Culpabilidade (15hrs)** - Estudo aplicado da teoria do delito, com ênfase na análise estrutural do fato típico, da ilicitude e da culpabilidade no direito penal contemporâneo. Avaliação das principais teorias do injusto penal e da imputação objetiva, bem como dos desafios atuais à noção clássica de culpabilidade, incluindo vulnerabilidades sociais, emoções, neurociências, inteligência artificial e limites da responsabilidade penal. Discussão de casos concretos e precedentes dos Tribunais Superiores, com enfoque na fundamentação dogmática das decisões judiciais e na racionalidade punitiva.

- **Petitorium Cautelar Penal: Elaboração e Análise Crítica (10hr)** - Estudo dos fundamentos constitucionais e processuais das medidas cautelares penais, com enfoque na elaboração técnica de requerimentos cautelares e na análise crítica das decisões judiciais que os apreciam. Exame dos pressupostos, requisitos e limites das cautelares previstas no CPP, incluindo prisão processual, medidas alternativas, busca e apreensão, interceptações e medidas de garantia. Discussão sobre proporcionalidade, necessidade, motivação e controle jurisdicional. Desenvolvimento de habilidades redacionais e argumentativas para a construção do petição cautelar, com análise de casos concretos e precedentes dos Tribunais Superiores.

- **Negociação de ANPP e Colaboração Premiada: Estratégia e Minutagem (10hrs)** – Estudo dos fundamentos normativos e das bases principiológicas do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) e da Colaboração Premiada como modelos de Justiça Penal Negocial. Análise do procedimento, requisitos de validade, limites materiais e formais, efeitos jurídicos e controle judicial. Discussão de estratégias de atuação prática, técnicas de negociação, estruturação de cláusulas, riscos, benefícios e parâmetros éticos. Análise de precedentes dos Tribunais Superiores e de casos paradigmáticos, com foco na elaboração, revisão e minutagem qualificada dos acordos.

- **Inteligência Artificial e Processo Penal (Algoritmos e Garantias Fundamentais) (15hrs)** - Estudo crítico da incorporação de tecnologias de Inteligência Artificial no sistema de justiça criminal. Análise dos fundamentos técnicos dos algoritmos utilizados em atividades de investigação, vigilância, predição e apoio à decisão judicial. Discussão dos impactos da IA sobre direitos e garantias fundamentais, especialmente devido ao processo legal, contraditório, ampla defesa, presunção de inocência, privacidade e proteção de dados pessoais. Exame das tensões entre a automação decisória e o modelo constitucional de processo penal acusatório. Avaliação dos riscos de vieses algorítmicos, opacidade, discriminação e desinformação digital. Análise de experiências internacionais, regulamentação emergente e perspectivas de controle judicial,



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

auditoria, explicabilidade e governança ética das tecnologias aplicadas ao Processo Penal.

- **OSistema de Nulidades no Direito Processual Penal (10h)** - Estudo dos fundamentos teóricos e constitucionais das nulidades no processo penal. Análise dos princípios orientadores (instrumentalidade, prejuízo, causalidade, finalidade do ato e ampla defesa). Classificação das nulidades: absolutas, relativas, inexistência e irregularidades. Momento de arguição, preclusões, convalidação e efeitos processuais. Relação entre nulidades, prova ilícita e garantias fundamentais. Exame crítico da jurisprudência dos Tribunais Superiores aplicada às nulidades mais recorrentes, com enfoque na atuação prática.

- **Perspectivas e Tendências de Desenvolvimento do Processo Penal Feminista (10h)** - Estudo das bases teóricas do processo penal feminista e sua crítica ao modelo tradicional de justiça criminal. Análise das estruturas patriarcais no sistema penal, dos impactos de gênero na vitimização, na criminalização e na aplicação seletiva da punição. Discussão das principais correntes da criminologia feminista e suas contribuições para a interpretação constitucional e convencional do processo penal. Exame das respostas normativas e jurisprudenciais à violência de gênero, com enfoque na Lei Maria da Penha, no encarceramento feminino e nos desafios da interseccionalidade. Análise de tendências contemporâneas de desenvolvimento doutrinário, legislativo e jurisprudencial no campo do processo penal com perspectiva de gênero.

- **Juizado Especial Criminal: Procedimentos, Princípios e Atuação Processual (10h)** - Estudo do microsistema dos Juizados Especiais Criminais, seus princípios orientadores e sua estrutura procedimental. Análise do termo circunstanciado, audiência preliminar, composição civil dos danos, transação penal e suspensão condicional do processo. Exame do procedimento sumaríssimo, da atuação das partes do Ministério Público, bem como dos limites e possibilidades de aplicação das medidas despenalizadoras. Discussão das principais controvérsias jurisprudenciais envolvendo competência, remessa ao juízo comum, violência doméstica, homologação de acordos e efeitos das decisões.

- **Das Decisões Judiciais e das medidas alternativas para solução dos conflitos no Processo Penal (15h)** - Análise dos fundamentos, espécies e critérios de racionalidade das decisões judiciais no processo penal, considerando a estrutura constitucional das garantias e o dever de motivação. Estudo da correlação entre imputação, prova e decisão, bem como das técnicas decisórias previstas no CPP. Avaliação das medidas alternativas de resolução de conflitos penais, conciliação, mediação, justiça restaurativa e acordos processuais à luz dos princípios constitucionais, da jurisprudência dos Tribunais Superiores e das diretrizes de política criminal contemporânea. Aplicação prática por meio de casos concretos.

- **Tribunais Superiores, Precedentes e Atuação Profissional no Processo Penal: interpretação Judicial e Estratégias de Litigância nos Tribunais Superiores (10h)** - Estudo do papel constitucional do STF e do STJ na formação de precedentes penais e processuais penais.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

Análise dos mecanismos de uniformização jurisprudencial (repercussão geral, recursos repetitivos, IAC, súmulas e súmulas vinculantes) e sua incidência no processo penal. Avaliação crítica das técnicas de interpretação judicial, incluindo distinguishing, overruling e adequação argumentativa. Estratégias de litigância nos Tribunais Superiores, com enfoque na construção de teses, fundamentos recorrentes e alinhamento aos standards decisórios contemporâneos. Discussão de casos paradigmáticos e impactos práticos na atuação profissional.

Bibliografia sugerida:

- ALMEIDA, Sueli Carneiro. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro.
- AVENA, Norberto. Processo Penal. São Paulo: Método.
- BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. São Paulo: Thomson Reuters.
- BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil. Boitempo.
- BUSSATO, Paulo César. Direito Penal: Parte Geral. Atlas.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte Geral. Saraiva.
- CAMPOS, Carmen Heinde. Criminologia Feminista: teoria feminista, violência de gênero e sistema penal. Lumen Juris.
- CARDINALLI, Flávio. Inteligência Artificial e o Processo Penal. PUC/PR.
- COMPARATO, Fábio K. Afirmção Histórica dos Direitos Humanos. Saraiva.
- ESTEFAM, André. Direito Penal – Parte Geral. Saraiva.
- FABRETTI, Humberto B. Segurança Pública: fundamentos jurídicos. Atlas.
- FERNANDES, Antônio Scarance. Processo Penal Constitucional. RT.
- FERREAJOLI, Luigi. Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal. RT.
- FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: teoria do garantismo penal. RT.
- GARCÍA, José Luis Díez Ripollés. A Moderação da Pena e os Limites da Culpabilidade. Tecnos.
- GRINOVER, Ada Pellegrini et al. As nulidades no processo penal. São Paulo: RT.
- GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Recursos no Processo Penal. RT.
- GRECO, Alessandra; GIACOMOLLI, Nereu. Justiça consensual e sistemas negociais.
- GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Juizados Especiais Criminais. RT.
- LARRAURI, Elena. Feminismo e criminologia. Zouk.
- LIMA, Renato Brasileiro de. Colaboração premiada. JusPodivm
- LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. JusPodivm
- LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. Saraiva.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Juizados Especiais Criminais. Atlas.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. RT.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. RT.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Juizados Especiais Criminais. RT.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

- PACHELLI, Eugênio; FISCHER, Douglas. Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência.
- PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, Valéria. Violência contra a mulher e acesso à justiça. Saraiva.
- PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. São Paulo: RT.
- ROXIN, Claus. Política Criminal e Sistema do Direito Penal. Rio de Janeiro: Renovar.
- SEGATO, Rita Laura. Crítica à colonialidade do poder jurídico. Boitempo.
- TUCCI, Rogério Lauria. Teoria do Direito Processual Penal. RT.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro. São Paulo: RT.
- WOLFF, Maria Teresa. Tribunal e Gênero: desafios da aplicação da Lei Maria da Penha. CNJ.
- **Docentes Sugeridos:** Dr. Fábio A. Guaragni (EMAP); Prof. Ms. Matheus de Quadros (UEPG); Prof.^a Dra. Christiane Cruvinel (UEPG); Prof. Dr. Flávio Cardinalli (PUCPR); Prof. Ms. Luiz Fernando Oliveira (UEPG); Prof.^a Dr.^a Dirceia Moreira (UEPG); Prof. Ms. João Maria de Goes Jr (UEPG) e Prof.^a Ms. Laryssa Angélica Copack Muniz (CEJUSC e ENFAM).

MÓDULO V – DA EXECUÇÃO PENAL - 45hrs:

- **Execução da Pena: Atos, Procedimentos e Jurisprudência Integrada (15hrs)** - Estudo dos fundamentos constitucionais e legais da execução penal, com ênfase nos atos e procedimentos previstos na Lei de Execução Penal. Análise dos incidentes de execução, benefícios, deveres e direitos da pessoa privada de liberdade. Exame da atuação jurisdicional e administrativa, bem como do papel dos sujeitos processuais na fase executória. Discussão das principais controvérsias jurisprudenciais do STF e do STJ relativas à progressão e regressão de regime, unificação de penas, remição, monitoração eletrônica, medidas disciplinares e tutela dos direitos fundamentais no cárcere.
- **Atuação Profissional na fase de execução: técnicas e peças processuais (10hrs)** - Destaques sobre a importância da prática para o entendimento do sistema de execução penal. Disciplina Prisional. Instrumento de redução de danos na Execução da Pena (remição, comutação e saídas temporárias). Questões práticas das progressões de regimes, regime semiaberto harmonizado mediante monitoramento eletrônico. Da atuação da Defensoria Pública, Ministério Público e da Direção da Penitenciária.
- **PAD na Execução Penal: Procedimentos, Defesa Técnica e Controle Jurisdicional (10hr)** - Estudo dos procedimentos administrativos disciplinares no âmbito da execução penal, com enfoque nas garantias constitucionais, na legalidade dos atos administrativos e nos limites da atuação da administração penitenciária. Análise das infrações disciplinares, fases do PAD, competências, nulidade e reforma da defesa técnica. Exame do controle jurisdicional sobre



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

sanções disciplinares, à luz da jurisprudência do STF e STJ, destacando parâmetros de legalidade, proporcionalidade e devido processo legal. Discussão sobre a relação entre disciplina, gestão prisional e direitos fundamentais da pessoa privada de liberdade.

- A Monitoração Eletrônica na Execução Penal: controle e reinserção social (10h) – Estudo dos fundamentos jurídicos, finalidades e limites da monitoração eletrônica na execução penal, com foco em seu papel como instrumento de fiscalização, responsabilização progressiva e viabilização de alternativas penais. Análise do marco normativo brasileiro, das práticas de gestão e acompanhamento por equipes multidisciplinares, e dos impactos da monitoração sobre direitos fundamentais, reincidência e reintegração social. Discussão de jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores e de desafios operacionais, éticos e tecnológicos decorrentes do uso do monitoramento como mecanismo de controle penal.

Bibliografias sugeridas:

- AVENA, Norberto. Execução Penal. Método.
- BRASIL. Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) – artigos 45 a 59 (disciplinar).
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Execução Penal. Saraiva.
- CNJ. Regras de Mandela e Regras de Bangkok – Comentadas.
- DOTTI, René Ariel. Execução Penal. RT.
- GRECO, Rogério. Execução Penal. Impetus.
- LIMA, Renato Brasileiro de. Execução Penal. In: Manual de Processo Penal. JusPodivm.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Execução Penal. Atlas.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo e Execução Penal. RT.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Execução Penal e Prática Forense Penal. RT.
- PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria. Direitos Humanos e Sistema Prisional.
- PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Salomão de. Execução Penal. RT.
- STJ – Informativo sobre precedentes sobre PAD prisional, nulidade de defesa técnica.
- STRECK, Lenio Luiz; et al. Execução Penal em Debate. Saraiva.
- **Docentes Sugeridos: Dra. Débora C. Venerai (UNINTER), Prof. Ms. Allan Porto (UEPG), Prof. Ms. Ângela Quadros (UEPG); e Ms. João Maria (UEPG).**

MÓDULO VI – METODOLOGIA – 60hrs:

Metodologia da Pesquisa (20hrs) - Fundamentos epistemológicos da pesquisa científica aplicada ao Direito. Estruturação do conhecimento, métodos e técnicas de investigação jurídico-empírica e jurídico-dogmática. Formulação do problema, hipóteses, objetivos e justificativas. Procedimentos de coleta, sistematização, análise e interpretação de dados. Normas científicas, produção acadêmica e critérios de rigor metodológico. Elaboração de projetos, artigos e trabalhos



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

de conclusão de curso, com foco na clareza argumentativa, coerência lógica e adequação técnico-formal às normas institucionais.

Bibliografias sugeridas:

- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Perspectiva.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. Atlas.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Ana. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. Atlas.
- NBR 14724; NBR 10520; NBR 6023 (ABNT). Normas para trabalhos acadêmicos, citações e referências.
- SILVA, Airton Marques da. Metodologia da Pesquisa. EDUECE.

Docente sugerido: Prof. Dr. Everson Manjinski

- **Trabalho de Conclusão de Curso: Elaboração e Entrega (20hr)** – os trabalhos de conclusão de curso deverão ser apresentados até a data limite de 15 de dezembro de 2027, respeitadas as normas institucionais quanto à metodologia e prazos para protocolo.

OBS: Orientador escolhido entre os professores do programa por livre escolha do acadêmico.

Estágio não-obrigatório (20hr): Nos termos da Lei 11.788/2008, com carga horária de 20 horas aula, o estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. A disciplina terá como fim a orientação, supervisão e avaliação das atividades do aluno e sua adequação à proposta pedagógica do curso. O acadêmico deverá apresentar, semestralmente, relatórios das atividades desenvolvidas.

Docentes supervisor: Prof. Dr. Rauli Gross Junior (UEPG).

OBS: As disciplinas, ementas, cargas horárias e docentes sugeridos podem ser readequadas no curso do Programa.

4.2 Metodologia e Avaliação: o curso será desenvolvido por meio de aulas teóricas, presenciais e remotas, todas transmitidas de formas síncrona através de ambiente virtual, assim como poderão ser realizadas palestras e seminários durante o curso. Todas as disciplinas/módulos poderão realizar o critério do professor avaliação individual, através de realização de trabalhos, resenhas e artigos.

4.3 Linha temática: as linhas temáticas para os TCC's do curso deverão estar vinculadas às disciplinas ministradas nos módulos acima descritas, sendo que a avaliação ocorrerá mediante o



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP

depósito do Trabalho em forma de Artigo, que será analisado por membros de uma banca avaliadora a ser designada pela coordenação do curso, se houver necessidade de apresentação, sendo essa banca formada pelo Orientador (escolhido pelo acadêmico) e por mais dois membros, podendo um ser membro externo da UEPG, com a exigência de todos terem no mínimo Especialização na área de conhecimento. O resultado da avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso, serão disponibilizados a partir da publicação das Atas de Avaliação que ficarão disponíveis na Secretaria do CEPPODI.